



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA

Cópia de parte da

----- ATA N.º 06/2025 -----

**Aos vinte e sete dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco**, no Auditório Municipal da Batalha, sito na Rua Infante D. Fernando, na Vila da Batalha, reuniu, em sessão ordinária a Assembleia Municipal da Batalha, tendo estado presentes os Excelentíssimos Senhores Deputados Municipais (...) -----

(...)

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

(...)

----- Ponto 7 -----

**Designação de dois representantes das freguesias do concelho que integrarão a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais, de acordo com o disposto na alínea b), do n.º 3 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, na sua atual redação, em articulação com o estatuído na alínea c), do n.º 1 do artigo 26.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (na redação atual).**-----

**MGD n.º 3275, de 10/11/2025**-----

O Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais no território continental (SGIFR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, introduz a gestão agregada dos territórios rurais através da adoção de boas práticas no ordenamento e gestão da paisagem, nomeadamente a execução e manutenção de faixas de gestão de combustível, a eliminação e reaproveitamento de sobrantes, a renovação de pastagens ou os mosaicos agrossilvopastoris, que são determinantes para um território mais resiliente, viável e gerador de valor;-----

Esta mudança atende também a uma definição das bases da política florestal nacional atribuindo às entidades competentes funções de planeamento e coordenação das ações de prevenção, deteção e colaboração na supressão dos incêndios, através da adoção de um modelo assente na prevenção e minimização dos riscos, seja através de ações de sensibilização, seja pela instituição de redes da defesa do território, nas quais a gestão de combustível assume um papel preponderante com repercussão no regime sancionatório; -----

De entre as entidades que integram o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais fazem parte as autarquias locais com atribuições específicas que lhe são conferidas por lei; -----

A operacionalização do SGIFR à escala municipal é realizada por uma Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais, com competências específicas constantes do artigo 29.º do citado Diploma legal, com a seguinte composição: -----

- a) O presidente da câmara municipal do respetivo município, que preside; -----
- b) Até dois representantes das freguesias do concelho, a designar pela assembleia municipal; -----
- c) Um representante do ICNF, I.P.; -----
- d) O coordenador municipal de proteção civil; -----
- e) Representante das forças de segurança territorialmente competentes; -----
- f) Os elementos de comando dos corpos de bombeiros existentes no concelho; -----
- g) Os representantes das organizações de produtores florestais com atividade no município; -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA

Cópia de parte da

h) Um representante dos conselhos diretivos das unidades de baldios ou dos agrupamentos de baldios, quando existam, por indicação do presidente da comissão;-----

i) Outras entidades e personalidades a convite do presidente da comissão, nomeadamente nas áreas da agricultura, florestas, caça, ambiente, energia, serviços públicos ou infraestruturas. -----

Neste sentido, foi entregue à Mesa da Assembleia Municipal uma lista subscrita pela bancada do PSD/PPD, propondo a eleição como representantes da Assembleia Municipal na Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais, dos seguintes deputados municipais:-----

- Luis Carlos Ribeiro dos Santos – Presidente da Junta de Freguesia do Reguengo do Fetal;-----

- Luís Miguel dos Reis Santos – Presidente da Junta de Freguesia de São Mamede. -----

Posta à votação a lista apresentada, foi **aprovado em escrutínio secreto, por maioria com 24 (vinte e quatro) votos a favor e 1 (um) voto contra, nomear os deputados municipais Luis Carlos Ribeiro dos Santos e Luís Miguel dos Reis Santos para representar a Assembleia Municipal na Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais.** -----

A Assembleia Municipal, usando da faculdade que lhe confere o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/ 2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 75.º do Regimento da Assembleia Municipal, em vigor, deliberou ainda aprovar esta deliberação em minuta, para que possa ter execução imediata. -----

----- \*\* -----

Está conforme o original existente no arquivo desta Assembleia Municipal, o que certifico. -----

Assembleia Municipal da Batalha, aos 28 dias do mês de novembro de 2025. -----

----- \*\* -----

O Presidente da Assembleia Municipal